

Maria Luiza Tucci Carneiro

A raça 'indesejável'

Preocupação com racismo contra negros e índios esconde o anti-semitismo histórico e presente da sociedade brasileira

CARLOS HAAG

Eles se fingem de católicos, com cruzeiros e santinhos, tudo hipocrisia. Estou apavorado com o progresso dessa gente e revoltado com a displicência das autoridades, não só do Brasil como das Américas”, escreveu um cidadão comum ao Deops avisando sobre a presença de judeus no país. Detalhe: o ano da denúncia é 1947, dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial e da derrocada do nazismo e do Estado Novo. Ainda assim, ajudar refugiados judeus era visto como “crime contra a nação”. Ao mesmo tempo, ao longo da guerra, figuras corajosas como o embaixador brasileiro em Paris, Luiz Martins Souza Dantas, ou a assistente da Embaixada do Brasil em Berlim, Aracy Carvalho (mais tarde, sra. Guimarães Rosa), desobedecendo ordens do regime varguista, liberaram centenas de vistos para que judeus pudessem vir ao Brasil e sobreviver ao holocausto.

Pouco conhecido, em especial se comparado com a intensa preocupação com o racismo contra negros ou índios, o anti-semitismo brasileiro só aos poucos vem sendo trazido à luz. Uma das responsáveis por isso é a historiadora

Maria Luiza Tucci Carneiro, da USP, autora de *Preconceito racial no Brasil Colônia: cristãos-novos* (Brasiliense, 1982); *O anti-semitismo na era Vargas: 1930-1945* (Brasiliense, 1988, 2ª edição, 1995); *O racismo na história do Brasil: mito e realidade* (Ática, 1994); *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX* (co-autoria Boris Kossoy, Edusp, 1994). Agora, ela é a organizadora do recém-lançado estudo *O anti-semitismo nas Américas* (Edusp, 744 páginas, R\$ 98), ao mesmo tempo que coordena o projeto Arquivo Virtual sobre o Holocausto e o Anti-semitismo no Brasil, que conta com apoio da FAPESP e está baseado no Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (Leer-USP), do qual ela é diretora. Milhares de documentos serão digitalizados e disponibilizados nesse banco de dados, que registrará depoimentos de sobreviventes dos campos de concentração. Leia, a seguir, trechos da entrevista.

■ *O Brasil foi um país racista ou ainda o é?*
— O Brasil sempre foi e ainda é um país racista, apesar do “negacionismo” por parte de alguns segmentos da so-

iedade brasileira, que insistem na veiculação da imagem do país como um “paraíso racial”. Exatamente por convivermos com um racismo camuflado (e eu entendo o anti-semitismo como uma forma de racismo) é que devemos estar atentos aos subterfúgios. Desinformação, interesses políticos, alianças de compadrio, pesquisas históricas distorcidas e a mídia têm contribuído para fortalecer o senso comum, dificultando o exercício da crítica e o respeito às diferenças. O fato de não observarmos em nosso cotidiano agressões físicas e públicas contra negros, judeus ou ciganos não quer dizer que não aja racismo no Brasil, que pode variar desde o mais sutil sentimento de desconfiança e de desprezo até o mais violento ato de hostilidade física. A existência em São Paulo de uma Delegacia de Crimes Raciais, de o Direito brasileiro condenar e repudiar a prática do racismo e de constarmos, cada vez mais, a adoção de cotas para negros nas universidades demonstra que a nossa realidade, ainda que expressiva do fenômeno da mestiçagem, não é tão cordial assim. Temos o diagnóstico, mas não chegamos ainda à profilaxia adequada, pontual.



■ *Como analisar o desenvolvimento do anti-semitismo ao longo da história nacional, em especial se comparado ao ódio aos judeus em países do Primeiro Mundo, onde o sentimento é, em geral, mais “abertamente” declarado? A nossa “hipocrisia” racial também se repete no anti-semitismo?*

— Acredito que o anti-semitismo deve ser analisado a partir de três vertentes: das relações de interação/conflito entre judeus e não-judeus; enquanto um fenômeno psicológico-cultural característico dos tempos modernos; e em fases distintas cujas características, muitas vezes, se superpõem. Esta abordagem é válida para qualquer país, guardadas as devidas especificidades históricas. As formas e graus de manifestação do anti-semitismo variam de acordo com as visões de mundo herdadas de um passado remoto e da persistência dos mitos políticos que interferem nas formas de manifestação. É nos momentos de crise aguda que o anti-semitismo encontra condições para se manifestar, seja através de um



Mentira e
dubiedade são
componentes
comuns
aos discursos
racistas, que
transformam
o ódio em
normas que
todos devem
observar

discurso forjado, seja explicitamente, como ocorre em alguns países do Primeiro Mundo. Em meus livros e pesquisas mais recentes tenho procurado demonstrar que o anti-semitismo é um fenômeno, por excelência, multifacetado, com capacidade de deformar realidades e de se metamorfosear como um camaleão. Mentira e dubiedade são componentes comuns aos discursos racistas, que transformam o ódio em normas que todos devem observar. É nesta camuflagem que vejo instalada a “hipocrisia”, atitude característica dos racistas em geral; sendo que a hipocrisia sempre se apresentou como uma ótima aliada da mentira.

■ *Quais são as peculiaridades do anti-semitismo brasileiro e quais suas raízes? Como ele se desenvolveu do anti-semitismo colonial, calcado no catolicismo da Inquisição, até um modelo mais “moderno” de segregação?*

— Para entendermos as tais peculiaridades do anti-semitismo brasileiro considero importante ressaltar que nem sempre é necessário que haja segregação para caracterizarmos um fenômeno como anti-semita. A mentira, o exagero, a generalização e a deturpação dos fatos históricos se fazem sempre presentes quando o intuito é atizar o ódio contra os judeus. Daí o emprego de múltiplos conceitos para se caracterizar o anti-semitismo como cristão, econômico, popular, científico, político etc. Quando endossado pelo Estado, o anti-semitismo presta-se como instrumento político, tendo condições até mesmo de subsidiar um plano de extermínio por métodos científicos, como aconteceu na Alemanha nazista entre 1933 e 1945, fato único na história da humanidade. No Brasil, essa modalidade – do anti-semitismo político – existiu enquanto política de bastidores nos governos Vargas (1937-1945) e Dutra (1946-1950), que consideravam o judeu como “raça indesejável” para compor a população brasileira. Para compreendermos o caso do Brasil devemos buscar as raízes deste fenômeno na península Ibérica do século XIV, tema que desenvolvo em meu livro *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia*. Foi com o desejo de abortar o desenvolvimento da burguesia cristã-nova que, em 1449, foi proclamada a Sentença

Estatuto de Toledo, que serviu de base para a construção do mito ariano, expressão da modernidade. Apoiado por homens letrados e pela Igreja Católica, institucionalizou-se o conceito de pureza de sangue responsável pela distinção entre “raças infectas” e “raças limpas de sangue”. Foi com base nesta crença que a Inquisição portuguesa e espanhola mandou prender e/ou queimar milhares de cristãos-novos alegando que esses descendentes de judeus eram perniciosos pelo “sangue que lhes corria nas veias”. Entre 1500 até 1774, portanto durante o período colonial, persistiu no Brasil esse anti-semitismo tradicional, de fundamentação teológica. Até 1808 percebemos uma retração deste discurso anti-semita sustentado pelo Estado absolutista e Tribunal da Inquisição portugueses, culminando com a diluição do mito da pureza de sangue. Considero o período de 1808 a 1860 como um estado de hibernação do anti-semitismo, que entre 1860 e 1916 reaparece na sua faceta “moderna”, subsidiado por obras teóricas europeias que introduzem no Brasil o darwinismo social, o evolucionismo, o arianismo e a eugenia. Estes princípios serão retomados nas décadas de 1930-1940 sob a influência do ideário nazifascista. Podemos afirmar que entre 1937 e 1948 se processou a radicalização do pensamento anti-semita moderno no Brasil, adotado como instrumento de poder pelo Estado nacional. Este momento condiz, exatamente, com a adoção de circulares secretas pelos governos de Vargas e Dutra.

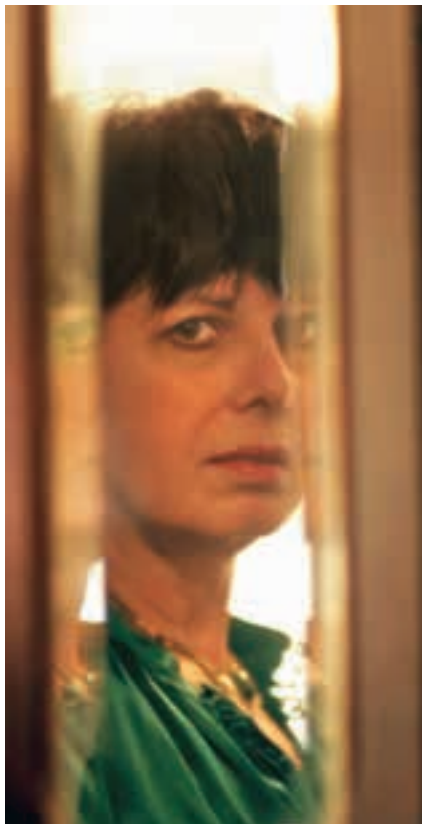
■ *No livro Anti-semitismo nas Américas, a pesquisadora Pilar Rahola culpa a mídia e a universidade pelo que chama de “novo anti-semitismo”. Como entender essa culpa?*

— O anti-semitismo citado por Pilar Rahola deve ser interpretado como uma nova forma de intolerância, que se expande pela Europa, Oriente Médio e países das Américas. É um fenômeno distinto daquele sustentado pelos nazistas que propunham o extermínio das raças impuras fundamentados nos princípios da ciência moderna. Hoje fala-se numa Alemanha para os alemães e não mais, como nos anos de 1930 e 40, numa Alemanha para os arianos, símbolos da raça pura. Se pro-

paga a idéia de uma França só de franceses, de uma Espanha sem africanos etc. O Irã propõe uma Palestina “livre de judeus”, ameaça que beira o genocídio político e cultural. Enfim, defende-se a exclusividade da região para um único grupo que não respeita as diferenças, sejam elas étnicas, religiosas ou políticas. Retoma-se, de certa forma, o antigo conceito romano de bárbaro: “Aquele que não pertence ao Império e por isso não tem direito de usufruir de seu convívio e de seus benefícios”: é um “invasor”.

■ *De que forma se organiza esse novo anti-semitismo e como ele se diferencia do tradicional?*

— Este é um racismo diferente daquele que norteou a escravidão colonial e o nazismo. O argumento utilizado não é mais o da preservação da raça pura ou superior. Defende-se o direito que cada um tem de ser diferente, mas com um sentido discriminatório: cada um no seu lugar, cada povo no seu país. Sob fundamentos étnicos-políticos argumenta-se que alguns grupos não têm direito ao território ou que são culpados pelas mortes e pela miséria do “outro”, como acontece nos atuais conflitos no Oriente Médio, onde esse novo anti-semitismo (travestido de anti-sionismo) serve de argumento para atos terroristas. Nestes momentos o anti-semitismo emerge como reação e solução para a instabilidade política, para interesses de hegemonia na região e para a explosão demográfica. Como nos velhos tempos inquisitoriais ou nazistas, convém, para alguns poucos, manter viva a imagem de Israel como o “inimigo político”, apresentado como invasor, usurpador. Por trás está o comércio de armas, as propinas e outros expedientes lucrativos em tempos de guerra. Nem sempre a paz é interessante! Tanto é que algumas nações ocidentais e outras do Oriente Médio reabilitaram a imagem do judeu como eterno caminhante sem direito a um território, conceito interpretado à luz dos regimes antidemocráticos com conotações políticas. Portanto, é através da mídia e da educação que essa e outras tantas mentiras se multiplicam reafirmando a força que as imagens (mentais e visuais) e as palavras têm de interferir na realidade. É neste contexto que, como Rahola, vejo



a mídia, que, em muitos casos, expressa as condições limitadas de alguns. Podemos falar em “imagens negociadas” deturpadas pela ignorância, por interesses econômicos e políticos, implicando na parcialidade de julgamentos. Quanto à universidade, não podemos ignorar a postura de alguns intelectuais da academia que não conseguem separar anti-semitismo de anti-sionismo e antiamericanismo. Lembro que, no passado, os intelectuais alemães foram os primeiros a apoiar Hitler e que importantes institutos de pesquisa louvaram a expulsão dos judeus de seus cargos colocando a ciência a serviço do III Reich.

■ *O Estado brasileiro foi o grande promotor do anti-semitismo no Brasil. Podemos pensar que o anti-semitismo nacional é mais um produto estatal do que um genuíno sentimento difundido pelos indivíduos da população brasileira?*

— Podemos afirmar que a Igreja Católica e o Estado brasileiro foram realmente um dos promotores do anti-semitismo que, entre 1917 e 1932, extrapolaram as fronteiras do discurso lite-

rário folhetinesco e da doutrinação católica, alcançando o saber técnico dos burocratas brasileiros. Neste período autoridades do Estado republicano – preocupadas com os projetos de colonização judaica e com o crescente número de imigrantes judeus russos, tchecos e poloneses interessados em entrar no país – deram início a uma política restritiva anti-semita, mas ainda assistemática. Após 1937 esse anti-semitismo foi endossado pelas elites política e diplomática brasileiras que não se tornaram coniventes ou omissas face das práticas de extermínio nazista. Mas este, infelizmente, não era um “produto genuíno estatal”. O fel dessa intolerância brotava também do pensamento conservador e nacionalista da direita católica, que, através de seus escritos e sermões, alimentou o ódio contra a comunidade judaica brasileira. Inúmeros são os intelectuais católicos e também integralistas brasileiros que produziram uma larga literatura anti-semita de matrizes francesas, alemãs e portuguesas. Durante séculos a Igreja Católica pregou o anti-semitismo através de uma pedagogia própria e de uma literatura instigadora da desconfiança e do desprezo aos judeus. E quanto à população: expressivas são as cartas de delação contra os judeus refugiados do nazi-fascismo radicados no Brasil. Nem mesmo a comunidade judaica brasileira tem a devida dimensão do quanto ela foi discriminada, vigiada e excluída pelas autoridades do Deops/SP e da diplomacia brasileira. Muitos continuam ofuscados pelos mitos da cordialidade e da hospitalidade brasileira que, por sua vez, mantêm vivo o mito da democracia racial. Em síntese ao nível do imaginário coletivo, o anti-semitismo cristão e popular jamais deixou de se manifestar no Brasil.

■ *O governo Lula foi sempre visto com desconfiança pela comunidade judaica por suas simpatias pelo movimento palestino. Como a senhora analisa as relações atuais entre Brasil e Israel?*

— A desconfiança da comunidade judaica tem razão de ser, pois o governo Lula tem se comportado com dubiedade em relação ao Oriente Médio e principalmente quando o tema diz respeito a Israel e aos países árabes, dentre os quais o Irã. Mas, para enten-

dermos esta posição dicotômica do atual governo, devemos levar em consideração a posição histórica do Brasil ante o Estado de Israel. Um constante clima de tensão marcou, desde o início da Guerra Fria, a postura do governo brasileiro, comprometido, de um lado, com sua tradição anti-semita e, de outro, com os ideais democráticos defendidos pelos Estados Unidos. Era explícito que o governo do presidente Eurico Dutra (sucessor de Vargas) não via com bons olhos os rumos tomados pelo recém-criado Estado de Israel, candidato a “satélite comunista”. Incomodava-o a criação de *kibutzim* modelados pelas práticas socialistas, da mesma forma que estranhava o reconhecimento imediato da URSS a Israel, em 1948. A esses fatos somou-se o auxílio armamentista dado pela Tchecoslováquia, aliada dos israelenses contra os árabes insatisfeitos com a partilha da Palestina. Esse contexto pressionou o Brasil a retardar para 7 de fevereiro de 1949 seu reconhecimento oficial ao Estado de Israel e para 1952 o estabelecimento de delega-



ções diplomáticas. Em maio de 1949, durante a Assembléia-geral da ONU, o Brasil se absteve na votação pela Resolução nº 273, condicionando seu voto à “estrita implementação de Israel das resoluções relativas à internacionalização de Jerusalém e à questão dos refugiados árabes”. O Brasil, país católico por tradição, não estava interessado em se opor ao Vaticano, favorável à internacionalização de Jerusalém; da mesma forma que não pretendia desagradar aos países árabes, cujas relações comerciais seriam intensificadas ao longo dos anos 1960 e 70. Em 1975, diante da crise mundial do petróleo, optou por uma postura radical: votou na Assembléia da ONU a favor da Resolução nº 3.379, que qualificava o “sionismo como forma de racismo e discriminação racial”.

■ *O anti-semitismo diz muito sobre como uma nação vê o estrangeiro, o “outro”. A partir desse contexto, como a senhora avalia o Brasil?*

— Durante séculos o Estado brasileiro manteve uma postura xenófoba contra determinados grupos de estrangeiros que, por sua “raça” ou idéias políticas, eram considerados “indesejáveis” para compor a população brasileira. Dentre estes estavam os judeus, os negros, os ciganos e os japoneses, que, em distintos momentos da história republicana, enfrentaram uma política imigratória restritiva, de cunho racista, fundamentada nas teorias eugenistas que pregavam a homogeneização da população idealizada como branca e católica. Uma farta literatura antinipônica e anti-semita foi produzida por intelectuais brasileiros entre 1917-1950, registrando a persistência de uma mentalidade intolerante por parte das nossas elites políticas e intelectuais. Esta documentação está sendo inventariada por pesquisadores do Leer e que dará origem ao dicionário histórico-biográfico de obras e autores racistas do Brasil.

■ *Um brasileiro, Oswaldo Aranha, participou ativamente da criação do Estado de Israel. Quais eram as reais motivações por trás desse apoio brasileiro na ONU?*

— Oswaldo Aranha tem aqui um mérito: de ter garantido, enquanto americanófilo convicto, que o Brasil – durante a Segunda Guerra Mundial – não

“caísse para o outro lado”, já que a maioria dos homens do governo Vargas, assim como o próprio Vargas, não ocultava suas simpatias pela política do III Reich e seu ideário anti-semita. Enquanto embaixador do Brasil em Washington (1934-1937), chanceler do Itamaraty (1938-1944), representante do Brasil na ONU (1947) e empresário da Gastal S.A. (desde 1946), Aranha foi um fiel aliado dos Estados Unidos. Tal postura talvez explique o fato de ele ter mantido secretas, enquanto ministro das Relações Exteriores, as circulares anti-semitas em prática desde 1937 a 1948. Não se esforçou para eliminá-las ou denunciá-las, nem favoreceu a ação humanitária daqueles que descumpriam tais regras anti-semitas. Haja vista que, durante a sua gestão, um processo administrativo “afastou” a bem do serviço público o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, hoje reconhecido como um dos justos pelo Yad Vashem. Tanto Vargas como Dutra preferiram investir na imagem idílica da Palestina enquanto “Terra Prometida” do que favorecer o acolhimento de judeus no território brasileiro. Para o governo brasileiro, a formação de um Estado judaico na Palestina extrapolava a idéia de esta ser apenas uma solução para a questão judaica. Os benefícios eram múltiplos: além de expressar o endosso do Brasil às iniciativas humanitárias dos Estados Unidos, também se apresentava como uma solução para o fluxo de “judeus indesejáveis”, (re)direcionados para o novo lar judaico, o futuro Estado de Israel.

■ *A senhora acredita no recrudescimento recente do anti-semitismo global? A que atribuir esse incremento? Ao mesmo tempo, há um fascínio crescente pelo nazismo, por Hitler e seus símbolos. Como a senhora vê isso dentro do contexto do anti-semitismo crescente?*

— Nestas últimas décadas o mundo foi sacudido por novas ondas de anti-semitismo propagado amplamente através de sites na internet a serviço de grupos neonazistas que têm também seus representantes aqui no Brasil. A intolerância apregoada pelo nazismo foi redimensionada por grupos, partidos e organizações contemporâneas de extrema direita e ultradireita, colocando em perigo nossas conquistas democrá-

ticas, ainda frágeis e em processo de afirmação. Enquanto partidários de um discurso nacionalista e racista fundado no culto à violência, no autoritarismo, na oposição à democracia e ao pluralismo racial devem ser vistos como um perigo real, e muito próximo de todos nós.

■ *Uma escola de samba, a Viradouro, tentou levar para a avenida o tema do holocausto e foi proibida. Qual sua visão disso? Foi um ato de censura? Não seria importante levar o tema para mais pessoas?*

— Não concordo com a proposta da escola de samba Viradouro nem vejo a proibição como um ato de censura. A escola poderia ter pensado outras formas de divulgar o holocausto, cuja rememoração não cabe na alegria do sambódromo. Por que não financiar ações positivas como, por exemplo, promover cursos sobre o tema direcionados aos seus jovens sambistas ou financiar livros paradidáticos sobre o holocausto e racismo para serem distribuídos nas escolas da periferia do Rio de Janeiro?

■ *Num outro registro, a senhora defende a colocação do tema do holocausto na sala de aula. De que forma isso é importante e como se pode fazer isso sem misturas ideológicas?*

— Acredito na educação como forma de criarmos um mundo melhor e uma sociedade mais justa e pluralista. Daí a educação ser uma das frentes de luta para combater a ignorância, estágio da (des)razão propício à fomentação do ódio racial. Desde 2004 temos procurado introduzir a história do holocausto nas salas de aula através da realização de jornadas interdisciplinares em parceria com a B'nai B'rith do Brasil, o Programa de Estudos Judaicos da Uerj e as secretarias municipais de Educação de São Paulo, Rio de Janeiro e, dessa vez, somando com Curitiba. Através do Programa Educando para a Democracia e a Cidadania procuramos conscientizar diretores, professores e pais de alunos da necessidade emergente de incorporarmos o debate sobre racismo e anti-semitismo como temas transversais sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Temos sugerido conteúdos e material didático para subsidiá-los na criação



Podemos afirmar que a Igreja Católica e o Estado foram promotores do anti-semitismo que alcançou os burocratas brasileiros

de seu planejamento de trabalho e de uma prática educativa coerente com o compromisso que as escolas têm de favorecer a construção da cidadania. Cabe, através dessas jornadas, eleger a dignidade da pessoa humana e a igualdade de direitos como princípios que devem orientar a educação escolar. Enfim, consideramos importante transformar a escola não apenas em um espaço de reprodução de conhecimentos, mas também em espaço de transformação social.

■ *Muitos intelectuais e cientistas judeus vieram (ou tentaram vir) para o Brasil durante o nazismo. Qual foi a contribuição do pensamento judeu à cultura e ciência nacionais por causa disso? O quanto também perdemos em razão do anti-semitismo velado do governo Vargas, que impediu a vinda de mais cabeças pensantes judaicas?*

— Centenas de judeus refugiados do nazismo conseguiram visto para o Brasil burlando as regras impostas pelas Circulares Secretas sustentadas pelo Itamaraty entre 1937 e 1948. Muitos entraram com vistos de turistas, vistos

capitalistas e, até mesmo, com falsos atestados de batismo de católicos. Cabe aqui ressaltar alguns nomes cuja produção acrescentou créditos para a cultura brasileira: Alice Brill, Axl Leskoschek, Cláudia Andujar, Erick Brill, Ernesto de Fiori, Eva Liebllich, Fayga Ostrower, Frans Krajcberg, Franz Josef Weismann, Georg Rado, Gerda Bretani, Samson Flexor, Walter Lewy, Nydia Lícia Pincherle Cardoso, Curt Schulze, Fredi Kleemann, Hans Günter Flieg, Peter Scheier, Anatol Rosenfeld, Otto Maria Carpeaux, Hebert Caro, Stefan Zweig, Paulo Rónai, Paul Frischauer, Fritz Pinkuss, Mathilde Maier, Paula Ludwig, dentre outros. Outras centenas tiveram seus pedidos de entrada no Brasil indeferidos por serem da “raça semita” e como tais indesejáveis. Perdemos sempre que o anti-semitismo é acionado como instrumento de poder.

■ *Qual é o sentido da formação hoje de um arquivo brasileiro do holocausto, já que, para muitos, ocorreu há tanto tempo e em lugares distantes de nós?*

— Desde agosto de 2007 desenvolvemos, com recursos da FAPESP, o projeto de criação de um arquivo virtual sobre holocausto e anti-semitismo. A idéia é de disponibilizarmos *on-line* cerca de 10 mil documentos diplomáticos expressivos da postura do governo brasileiro diante do holocausto e dos judeus refugiados do nazi-fascismo (1933-1948). Pretendemos também registrar os nomes e as trajetórias daqueles que fizeram do Brasil a sua terra de acolhimento, registrando neste inventário os sobreviventes dos campos de concentração e refugiados radicados no Brasil. A reconstituição das rotas de fuga, das ações anti-semitas e genocidas praticadas pelos nazistas e países colaboracionistas, os livros de memórias dos sobreviventes podem nos ajudar a combater a ignorância, além de alertar para a fragilidade das democracias que, na contramão da história, se deparam, muitas vezes, com sistemáticas violações dos direitos humanos. Informações podem ser enviadas para o arqshoah@usp.br – um espaço *on-line* dedicado à história e à memória do holocausto a partir de documentos e testemunhos existentes no Brasil. ■